

Materiais didáticos e as múltiplas linguagens no ensino de História dos anos iniciais

ELVIS ROBERTO LIMA DA SILVA*

Concepções de materiais didáticos

Material didático é um termo polissêmico e multifacetado, produzido com várias materialidades, finalidades e linguagens tendo diversos objetivos pedagógicos e ideológicos. É possível inúmeras formas e modos de utilizações e apropriações, desse artefato no espaço escolar por professores e alunos. Concebe-se ainda como um conjunto de objetos culturais criados ou adaptados para situações de ensino e aprendizado.

[...] Os materiais didáticos, é preciso destacar, são objetos culturais elaborados, fabricados, distribuídos e consumidos por diferentes sujeitos – educadores como autores intelectuais, editores, gráficos, ilustradores, técnicos diversos em suas especialidades artísticas e domínios tecnológicos, empresários, funcionários governamentais ou de instituições particulares, agentes culturais, além dos próprios alunos e professores. (BITTENCOURT, 2006: 4)

Para compreender o conceito de “Material didático” teremos os aportes teóricos de Apple (1989), Bittencourt (2004 e 2006) e Gimeno Sacristán (1995) com distintas abordagens e que, concomitantemente, dialogam entre si.

As análises de Bittencourt (2004 e 2006) se pautam nos estudos franceses do *Institut National de Recherche Pédagogique* (INRP)¹, onde constroem distinções sobre as produções e usos dos materiais didáticos, com diferenciadas abordagens.

* Mestrando da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) onde é bolsista da CAPES.

¹ - Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) foi criado em 1976, é derivado do Museu Educacional fundado em 1879 por Jules Ferry. É um órgão público, sob a supervisão do Ministério da Educação e Ministério do Ensino Superior. Promove e desenvolve pesquisas na área educacional, com o objetivo de organizar e disseminar informações.

No texto “*Materiais didáticos: concepções, produções, usos*” Bittencourt (2006) com base nos estudos do referido centro de pesquisa, cataloga os materiais didáticos sob duas vertentes: **1) suportes de informações** e **2) documentos**. Essa categorização ocorre diante da grande diversidade de materiais, e como forma de compreender suas diferenças e semelhanças.

Ao analisar os materiais didáticos como **suporte de informação**, Bittencourt (2004) entende que correspondem os materiais com o discurso produzido, tendo a intenção de comunicar e transmitir o saber das disciplinas escolares. Os suportes informativos são produzidos pela indústria cultural e destinados à escola, com linguagem e discurso especificamente escolar. A extensão, formatação e construção técnica do material, respeitam os princípios pedagógicos, que levam em consideração a linguagem e idade do público escolar.

Segundo a autora há uma vasta produção de livros didáticos e paradidáticos, atlas, dicionários, apostilas, cadernos, vídeos, cd’s, dvd’s, programas de computadores, dentre outros materiais destinado ao espaço escolar, utilizados para fins didáticos. Tendo o aporte teórico das pesquisas do INRP, a autora desenha as seguintes considerações acerca dos suportes de informações:

Conjunto de signos, principalmente de textos, que se apresentam como um saber constituído e que se apresenta como uma fonte de informação sobre um determinado objeto de estudo. São considerados suportes de informação o texto de um livro didático, ou um extrato de livro, um documentário que aborda um determinado assunto, uma curva estatística, um mapa, um quadro produzido com o objetivo de uma comunicação de informação de uma determinada disciplina escolar. Da enciclopédia ao atlas passando pelo livro escolar, ou seja, todo discurso produzido com a intenção de comunicar os elementos de saber escolar das disciplinas pertencem à esfera dos suportes de informação [...] Eles se caracterizam pela sua intenção de comunicação de um saber. Esta intenção pressupõe um determinado funcionamento de linguagem, um apelo a certos registros de vocabulário e a certos tipos de construções sintáticas que indicam claramente a comunicação na perspectiva de transmissão a saber. (INRP, 1989:16 apud BITTENCOURT, 2006: 4-5)

Acerca dos materiais didáticos como **documentos**, a autora pondera que é o conjunto de signos visuais e textuais que são produzidos sem uma finalidade escolar e que posteriormente passa a ser utilizado didaticamente. São objetos produzidos para um público amplo que, pela mediação pedagógica do professor, se transformam em materiais didáticos. Esses materiais não são necessariamente produzidos pela indústria cultural e são selecionados de diferenciadas formas, de acordo com a opção pedagógica do professor ou projetos pedagógicos da escola. São diversos materiais como contos, lendas, filmes, documentários, músicas, poemas, pinturas, revistas, jornais, leis, cartas, romances e outros.

Materiais didáticos, como suportes de informações e/ou documentos, estão esparramados no cotidiano escolar, como instrumentos didáticos que auxiliam na mediação pedagógica entre professor, conhecimento e aluno. É importante compreender que tipo de material o educador utiliza na ação didática, se está coerente com os métodos de ensino e convicções pedagógicas que o docente acredita e defende, para assim fazer a utilização do instrumento pedagógico de forma consciente e crítica.

Ampliando a compreensão sobre os materiais didáticos, Bittencourt (2004) discorre sobre os produtos didáticos que são elaborados pelos alunos, e concebendo que a criação de materiais didáticos pelo educando é decorrente do conhecimento construído no transcorrer do processo de aprendizagem, defende que essa proposta deve ser uma das tarefas do trabalho pedagógico. Nesse contexto exemplifica que as produções dos alunos podem ser: textos escritos (relatórios, esquemas, monografias e dissertações), painéis, jogos, mapas, maquetes e dentre outras possibilidades que a ação ensino e aprendizagem podem resultar.

A proposta dos alunos como produtores de materiais didáticos é defendida pela professora Emília Viotti da Costa, que em seu artigo produzido na década de 50: “*O Material Didático no ensino da História*”, aponta que esse preceito deve estar permeado nos espaços escolares, para a formação de alunos mais autônomos, responsáveis e pertencentes, perante os materiais que estão utilizando e construindo:

[...] Reafirmamos a necessidade de fazer com que os alunos tenham real participação, quer na organização do material didático, quer na sua utilização. Ele não deve receber o material pronto, mas sempre que possível irá colaborar na sua

organização e na ampliação do que já existe. O professor não se contentará em mostrar ao aluno os gráficos e mapas ou os diapositivos, solicitará dele a sua participação direta, levando-o a analisar, explicar, interpretar o que vê, bem como a redigir pequenos trabalhos. Tôdas as vezes que for possível, empregar-se-á o trabalho de equipe, habituando-se o alunos a colaboração com os colegas [...] (COSTA, 1959: 72)

Os materiais didáticos dentre várias possibilidades de usos, apropriações, adaptações e concepções na sala de aula, podem resultar em duas abordagens de trabalho pedagógico. Primeiramente, esses artefatos educativos potencializam o trabalho educacional, com situações didáticas contextualizadas e dinâmicas, mas por outro lado, esses instrumentos podem ser formas de controle do trabalho do professor na sala de aula. Essa discussão é polêmica, pois alguns professores não tem um entendimento lúcido, que os materiais podem se tornar formas de manipulação e adestramento do trabalho pedagógico por diversos agentes do poder.

Nessa mesma linha de raciocínio, Michel Apple (1989) no texto “*A forma do currículo e a lógica do controle técnico: novamente a mercantilização*”, discute a relação entre produção, consumo de material didático e a desqualificação docente. Essa lógica transforma a escola num mercado lucrativo para a indústria cultural, transformando-a numa cultura mercantilizada. Suas pesquisas se pautam no contexto estadunidense, demonstrando que o uso de “*pacotes*” de materiais didáticos, têm o objetivo de controlar e cercear a atividade docente.

Isso evidencia que em algumas circunstâncias políticas e educacionais, os materiais didáticos são instrumentos à serviço do poder: reprimindo e domesticando o trabalho docente. Esses materiais no lugar de serem desencadeadores de ações educativas dialógicas, tornam-se formas de inculcar valores e condutas impostas pelos grupos que estão no poder. Paralelamente Bittencourt (2006) aponta que os materiais didáticos, são também formas de regular os elementos que compõe as disciplinas escolares:

[...] O problema se situa no controle que os materiais têm exercido em relação não apenas aos métodos, mas ao conjunto dos elementos que constituem as disciplinas ou matérias escolares. Dominam os objetivos, os conteúdos e o processo avaliativo,

determinando externamente o trabalho dos professores e alunos. Daí o desvirtuamento do papel essencial que devem desempenhar os materiais didáticos.
(BITTENCOURT, 2006: 10)

Em síntese, os materiais didáticos podem servir para legitimar uma hegemonia cultural que é imposta. Essa conjuntura acaba transformando ideologicamente os objetivos, princípios e conteúdos das disciplinas escolares. Esse olhar atento que os educadores devem incorporar no momento da seleção de materiais, optando por instrumentos pedagógicos, que cumpram realmente uma finalidade pedagógica mais democrática e ética. Esse ponto é ressaltado também por Gimeno Sacristán (1995), que ressalta a atenção e cuidado na seleção dos materiais:

Sobre os instrumentos culturais de primeira ordem como estes que, ademais, movem uma quantidade importante de recursos, sendo mecanismo de proposição-imposição de uma determinada cultura, se convertem em inevitavelmente em ponto de referência dos poderes que querem assentar sua legitimidade através da cultura escolar; e o que deve ser também todo aquele que queira contrariar a hegemonia cultural estabelecida na escola, o tipo de cultura que se transmite nas aulas. Os materiais curriculares devem ser objetos de atenção porque através deles se eleva a categoria de normal e universal um tipo de conhecimento e alguns determinados valores. (GIMENO SACRISTÁN, 1995: 98)

Por outro lado, os materiais didáticos são destinados a proporcionar um aprendizado significativo, organizando tempos e espaços educativos para a construção de saberes escolares de forma prazerosa. Essa ótica diferenciada sobre os materiais didáticos é a qual os educadores comprometidos com uma educação democrática devem defender e cultivar em suas práticas educativas, construindo assim uma escola que crie pontes e não abismos e fracassos.

Em relação aos materiais didáticos como instrumentos que potencializam o saber, Bittencourt (2006) comenta que os professores sempre desejam materiais didáticos, pois a aula possui atividades, em que as relações de ensino e aprendizagem, são mediadas com o uso de instrumentos capazes de informar e criar formas de construir conhecimento.

Nesse mesmo processo, é importante problematizar os estudos levantados por Fiscarelli (2008) na qual têm apontando que as pesquisas, políticas e as reformas educacionais, incentivam massivamente o emprego de diversos materiais didáticos, principalmente os provenientes das novas tecnologias, como recursos que fomentam uma aprendizagem mais eficaz, de acordo com o discurso imposto pelas novas demandas educacionais.

Esse é alguns dos discursos propagados no contexto educacional, em relação ao material didático. Através de inúmeras legislações, portarias e orientações curriculares que determinam ao professor, a utilização dos recursos provenientes das novas tecnologias como sinônimos de eficiência, eficácia e modernidade. Esse pressuposto acaba orientando a ação didática, no sentido de controlar e normatizar a prática pedagógica, com um arsenal de recursos pedagógicos.

Os materiais didáticos, antes simples objetos, passam a adquirir significados importantes na concretização e efetivação de novas propostas educacionais, direcionando e definindo nossas visões sobre o que é ser um bom professor, o que é dar uma boa aula, o que é ser uma boa escola e o que é melhor utilizado em sala de aula [...] (FISCARELLI, 2008: 22)

Outra concepção de materiais didáticos fica a cargo de Gimeno Sacristán (1995) em seu artigo “*Materiales y textos: contradicciones de la democracia cultural*” que discute algumas reflexões acerca dessa temática.

Seu estudo baseia-se nas discussões sobre os livros didáticos, mas Sacristán (1995) discute também a complexidade que representam “*materiais para o desenvolvimento curricular*”, sendo uma acepção ampla de objetos utilizados no processo de ensino e aprendizagem, dentro e fora do espaço escolar.

Entende que os materiais cumprem diferenciadas funções. São depósitos de informações para professores e alunos, guiando e estruturando o processo de ensino e aprendizagem. Sua discussão está pautada nos materiais comercializados, que têm a função de portadores de informações, ao mesmo tempo regulando os processos pedagógicos.

O autor pontua que os materiais didáticos também são elaborados no bojo do processo pedagógico entre professor e aluno, esgotando sua utilidade e funcionalidade no próprio processo educacional. Adverte que os professores confeccionam materiais para abordar temáticas locais, com o objetivo de proporcionar um aprendizado pautado na realidade do aluno. Materiais esses, que o grande mercado editorial não fabrica em série, devido as peculiaridades de sua respectiva produção.

A preocupação do presente artigo é refletir sobre as concepções de materiais didáticos que estão em constante diálogo com seus usos, apropriações e adaptações no âmbito escolar. Para elucidar essa ideia, a intencionalidade no transcorrer deste texto é discutir os materiais didáticos com suas diferentes linguagens, destinados ao ensino de História nos anos iniciais.

Desafios e problemáticas do ensino de História nos iniciais

Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição do conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina – no nosso caso, da História.
(BITTENCOURT, 2004: 296)

O ensino de História destinado às crianças de 1º ao 5ª ano do ensino fundamental I, têm algumas peculiaridades que necessitam ser refletidas, com o intuito de reorientar o processo de ensino e aprendizagem do saber histórico escolar. Ressignificar o ensino de História, requer repensar práticas pedagógicas, currículo, formação inicial e continuada dos docentes e os materiais didáticos.

Ricci (2011) discorre que são diversos aspectos a serem considerados no ensino de História nesta etapa da escolarização. Primeiramente, é a característica específica da fase de desenvolvimento que o aluno das séries iniciais se encontra, e as expectativas esperadas quando finaliza esse ciclo inicial.

Dentre os vários objetivos das séries iniciais, o ponto cerne é a alfabetização. De acordo com as *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica – Parecer 7/2010* no Item II, artigo 24, define que um dos requisitos para a formação básica da criança, é a alfabetização ao longo dos três primeiros anos de escolarização.

Esse fundamento legal e outras circunstâncias expressam, conseqüentemente, numa cultura que desvaloriza o saber histórico escolar nas séries iniciais. De acordo com os estudos de Silva e Fonseca (2010), apontam que algumas pesquisas, indicam concepções e práticas de ensino que separam o processo de alfabetização e letramento dos conhecimentos da História. Nesses estudos os educadores relatam que é necessário ensinar ler e escrever, para posteriormente introduzir o saber histórico às crianças.

O “foco na alfabetização”, todavia, não pode perder de vista as diversas dimensões que o processo envolve, pois, como nos ensinou Paulo Freire, ler é ler o mundo: não podemos aprender a ler as palavras sem a busca da compreensão do mundo, da História, da Geografia, das experiências humanas, construídas nos diversos tempos e lugares. Isso requer de nós outra concepção de aprendizagem da Língua Portuguesa e da História [...] À pergunta de muitos: “é possível ensinar História sem antes alfabetizar?”, respondemos com outra questão: “é possível alfabetizar sem a História?”. É necessário, sim, alfabetizar as crianças, ensinando e aprendendo História. Aprender História é ler e compreender o mundo em que vivemos e no qual outros seres humanos viveram. (SILVA; FONSECA, 2010: 24)

Numa abordagem freireana: o ato de ler é ler mundo de forma contextualizada. Na leitura desse mundo com suas múltiplas linguagens requer a pesquisa, construção e adaptação de materiais didáticos, que sejam coerentes e diversificados com as pluralidades visuais, sonoras e textuais, que as crianças são expostas cotidianamente. Em algumas circunstâncias a escola não leva em consideração essa multiplicidade de linguagens.

Na reflexão teórica sobre o saber histórico escolar destinado à infância, alguns estudos apontam a escassez de produções acadêmicas que discutam o ensino de História nos anos iniciais. Codani (2000) analisa a carência de estudos, sobretudo nas séries iniciais do ensino fundamental, que contribuam para conhecermos em que medida os avanços historiográficos e

educacionais tem tido repercussão na prática pedagógica dos professores que iniciam os alunos nos estudos escolares de História.

Com base nesses apontamentos iniciais, foi realizada uma revisão bibliográfica no banco de dissertação e teses da (Capes), e não foi localizada nenhuma pesquisa sobre os materiais didáticos para o ensino de História nas séries iniciais².

Em síntese grande parte dos debates e produções acadêmicas sobre os materiais didáticos no ensino de História nos anos iniciais, giram em torno da questão dos livros didáticos³. Essa noção nos faz repensar: quais são outros materiais com diferentes linguagens utilizados na construção do saber histórico?

Na literatura educacional há uma gama de artefatos pedagógicos destinados ao espaço escolar. Mesmo com o mercado editorial visando somente o lucro, e esses materiais sendo distribuídos de forma desigual nas diferentes realidades e contextos brasileiros, os educadores têm buscado alternativas à essa lógica perversa.

Atualmente devido acelerada circulação dos meios de comunicação de massa, o docente tem acesso há um diversificado número de materiais e recursos (de boa ou má qualidade) que podem e devem ser apropriados criticamente no ensino e aprendizagem do saber histórico escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) de História e Geografia, destinados às series iniciais, demonstram que o conhecimento histórico escolar é entremeado pelo conhecimento histórico científico e aos seus métodos de pesquisa, adaptando-os para fins

² - Como procedimento de pesquisa, no mês de janeiro de 2013, foi realizado um levantamento bibliográfico na plataforma de busca de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Nível Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Na pesquisa, foram utilizados os seguintes descritores “Materiais didáticos”. Foram evidenciadas 539 produções – muitas delas vinculadas às discussões das tecnologias da comunicação e informação, gêneros textuais e a produção de materiais didáticos para o desenvolvimento da língua estrangeira e alfabetização cartográfica.

³ - No levantamento bibliográfico da CAPES, concretizado em outubro de 2012, como um dos requisitos da disciplina eletiva: *Disciplinas Escolares e Material Didático* do Programa de Estudos Pós-Graduados EHPS da PUC/SP, sob as orientações para Prof^a Dra Circe Maria Fernandes Bittencourt, são evidenciadas, com o descrito “livro didático de História”, 129 pesquisas, na qual somente 14 abordam especificamente o livro didático de História nos anos iniciais, sendo os estudos de: Coelho (2002 e 2009), Silva (2004), Varela (2004), Talamini (2004), Campos (2005), Bordalo (2006), Miranda (2007), Costa (2008), Seal (2008), Franco (2009), Hammerschmitt (2010), Menezes (2011) e Pinheiro (2011).

didáticos. O documento defende que a transposição dos métodos de pesquisa da História para o ensino, desenvolve situações didáticas privilegiadas na construção de capacidades intelectuais autônomas do educando, em relação a leitura e pesquisa de obras humanas do presente e do passado.

Neste sentido, o trabalho pedagógico requer pesquisa de novos materiais (relatos orais, imagens, objetos, danças, músicas, narrativas, etc...) que sejam instrumentos para a construção do saber histórico escolar. Com isso o documento referenda algumas sugestões de materiais e práticas destinadas a esse nível de ensino:

No caso do primeiro ciclo, considera-se que as crianças estão no início da alfabetização, deve-se dar preferência aos trabalhos com fontes orais e iconográficas e, a partir delas, desenvolver trabalhos com a linguagem escrita. De modo geral, no trabalho com fontes documentais – fotografias, mapas, filmes, depoimentos, edificações, objetos do uso cotidiano -, é necessário desenvolver trabalhos específicos de levantamento e organização de informações, leitura e formas de registros. (BRASIL, 1997: 49)

Com base nestas premissas a função do professor é introduzir o aluno na leitura de diversas fontes de informação, para a conquista de sua autonomia intelectual. O trajeto desse trabalho escolar inicia-se com a identificação das linguagens e a compreensão de suas mensagens simbólicas. Sendo necessário também uma ação pedagógica, baseada na pesquisa histórica, provocando mudanças no entendimento da criança pequena sobre quem escreve a História.

Esses pressupostos são resultados das constantes discussões e renovações no campo da historiografia, que entende a atuação de diferentes sujeitos, materiais, temáticas, documentos, fontes e metodologias na construção do saber histórico, refletindo mudanças nas pesquisas. Consequentemente as questões dos estudos culturais, invadem todas as áreas do conhecimento, (re) dimensionando as produções do campo educacional.

Os debates historiográficos refletem no âmbito educacional, reorientando novas e diferenciadas formas de abordar, discutir e pesquisar a História no espaço escolar. Sendo assim, o saber histórico escolar terá como desdobramentos, a reorganização de suas práticas e

materiais didáticos para construção de momentos e espaços pedagógicos significativos. Em resumo esses materiais didáticos, fontes e documentos históricos estão relacionados com uma mudança epistemológica do conhecimento histórico e pedagógico, que deve ser analisada nas esferas educacionais, sociais e acadêmicas.

Os PCNs (1997) descrevem que os documentos são importantes, como fontes de informações para serem interpretadas, avaliadas e comparadas. São entendidos como obras humanas que registram, de modo fragmentado, pequenas parcelas das complexas relações coletivas. Essas fontes são: cartas, livros, relatórios, pinturas, esculturas, fotografias, filmes, músicas, mitos, lendas, espaços, construções arquitetônicas e paisagísticas, instrumentos de trabalho, utensílios, vestimentas, alimentos, habitações, meios de locomoção e comunicação. Essas fontes são analisadas nas abordagens culturais, estéticas, técnicas e históricas que os objetos expressam em sua historicidade, por intermédio das linguagens escrita, oral, numérica, gráfica, cartográfica, fotográfica e artística.

O trabalho de leitura de documentos, considerando as particularidades de suas linguagens, é favorável de ser desenvolvido nas séries iniciais do ensino fundamental, principalmente levando em consideração que as crianças pequenas estão tomando contato com as diversas linguagens comunicativas, como a língua escrita, matemática e artes [...] (BRASIL, 1997: 81)

Essa ampla aceção de materiais didáticos e documentos podem delinear alguns fios condutores para repensar as práticas pedagógicas do ensino de História, e os usos e apropriações desses artefatos pedagógicos na sala de aula.

Nesse processo é importante também a luta constante dos educadores e pesquisadores acreditando e sistematizando o aprendizado do saber histórico escolar, com materiais que as crianças possam manipular, sentir, questionar e refletir sobre sua produção, linguagem e materialidade.

Em suas análises Fonseca (2009) assegura que desde os anos iniciais é necessário possibilitar à criança uma concepção alargada de fontes históricas. Discute que nas produções didáticas de História, destinadas aos anos iniciais, há uma diversidade de sugestões,

indicações, textos e imagens que possibilitam aos professores e alunos, leituras e compreensões de múltiplas linguagens.

Mesmo em alguns contextos da nação brasileira, os materiais e recursos didáticos serem mal distribuídos ou até em algumas circunstâncias negados aos professores e alunos. Os materiais pedagógicos estão a serviço da democratização do saber. Da construção de um saber histórico escolar, mais crítico e contextualizado.

Isso requer do educador um esclarecimento político, pedagógico e ideológico da ação docente e conscientização na apropriação desses artefatos. Caso o processo de reflexão não ocorra, esse material pedagógico acaba se transformando numa forma de controle e racionalização⁴, ocasionando a formatação e engessamento do fazer pedagógico, segundo as regras e valores defendidos pela elite educacional. O processo de escolha dos materiais pedagógicos é algo que deve ser avaliado coletivamente pelos docentes, sem nenhuma pressão mercadológica, ideológica e governamental. Sendo essencial o diálogo entre o tipo de material selecionado e sua relação com o método pedagógico.

A escolha do material didático é assim uma questão política torna-se um ponto estratégico que envolve o comprometimento do professor e da comunidade escolar perante a formação do aluno. O material didático, pode ser um instrumento de trabalho do professor, é igualmente instrumento de trabalho do aluno; nesse sentido, é importante refletir sobre os diferentes tipos de materiais disponíveis e sua relação com o método de ensino. (BITTENCOURT, 2004: 298)

⁴ - No Estado de São Paulo temos a proposta curricular: “São Paulo faz escola” com a produção de materiais pedagógicos direcionados aos professores e alunos. Havendo o *Caderno do Professor* e *Caderno do Aluno*. De acordo com as análises de Silva e Fonseca (2010) são materiais de péssima qualidade (muito inferiores aos livros didáticos), representam uma centralização e padronização dos materiais, excluindo os professores no processo de reflexão e elaboração.

Essa mesma lógica está sendo implantada na Prefeitura do Município de São Paulo, que desde 2010 na gestão Gilberto Kassab, distribui para os alunos do Ensino Fundamental I e II os “*Cadernos de apoio e aprendizagem*” de Língua Portuguesa e Matemática. A partir do ano de 2012 foram publicados e distribuídos os “*Cadernos de apoio e aprendizagem: Natureza e Sociedade*” destinado aos anos iniciais do ensino fundamental. Esses materiais são sistematizados sob uma perspectiva “interdisciplinar” agrupando em uma única “apostila” os conhecimentos de História, Geografia e Ciências, não possibilitando aprofundamento das questões epistemológicas e metodológicas de cada uma das disciplinas em questão. Esse material didático, foi direcionado às unidades escolares, sem nenhum debate e encontros com os docentes, sobre a seleção dos conteúdos e atividades.

A imensa oferta de materiais didáticos acaba fomentando uma visão mercadológica no espaço escolar, na qual o professor deixa de ser um sujeito que reflete sua prática docente, métodos de ensino e concepções pedagógicas, e acaba atuando como mero reproduzidor de materiais pré-determinados. Esse é um processo de desqualificação da ação docente que diversos autores como Apple (1989) criticam.

Apple (1989) nos alerta o quanto os profissionais da educação estão em um constante processo de qualificação e requalificação. Discorre que o desenvolvimento de novas formas de controle, processo de desqualificação e a separação entre a teoria e prática, não está mais limitado às empresas. Essas tendências estão penetrando em várias instituições, como a escola. A desqualificação é um longo processo, no qual o trabalho é fragmentado para aumentar a produtividade, reduzir a ineficiência, controlando os custos quanto o efeito do trabalho. A escola é um microcosmo para compreender esse mecanismo em funcionamento.

Os melhores exemplos da incursão dos procedimentos de controle técnico são encontrados no crescimento excepcionalmente rápido do uso de “pacotes” de material curricular. É praticamente impossível entrar agora numa sala de aula americana, por exemplo, sem encontrar caixas e caixas de materiais de ciências, estudos sociais, matemática e leitura (“sistemas”, como eles às vezes são chamados) nas prateleiras, e em uso. Nesse caso, um distrito escolar em geral compra um conjunto completo de materiais padronizados, o que inclui relações de objetivos, todos os conteúdos curriculares e materiais necessários, a especificação das atividades a serem realizadas pelos professores e as respostas apropriadas dos alunos, além de testes de diagnóstico e de rendimento, em coordenação com o sistema. Em geral, nestes testes o conhecimento curricular é “reduzido” aos comportamentos e destrezas “apropriadas”. (APPLE, 1989: 159).

Essa noção de qualificação e requalificação docente é algo que necessita ser examinado com profundidade. Pois a questão da formação inicial e continuada dos professores influencia na pesquisa, produção, adaptação e apropriação dos materiais didáticos.

Nessa perspectiva Silva e Fonseca (2010) discorrem que as pesquisas desenvolvidas nas escolas públicas e privadas têm evidenciado a necessidade de implantação e desenvolvimento de projetos de formação continuada, para suprir os problemas metodológicos e teóricos no ensino de História. Necessitando também de reorientação nos

currículos das Licenciaturas de História e Pedagogia, e o incremento de livros e materiais didáticos. Devido aos limites deste espaço textual, não haverá uma reflexão que discuta a formação docente dialogando com a questão dos materiais didáticos. Mas seria interessante compreender como esses artefatos pedagógicos interferem na formação inicial e continuada dos docentes. Deixo aberturas e problematizações para futuras pesquisas, devido essa temática compor múltiplos aspectos, difíceis de apreender na sua totalidade neste estudo.

Enfim são múltiplas as possibilidades de usos, apropriações e adaptações de materiais didáticos a serem inseridos no ensino de História das séries iniciais. A utilização desses artefatos com diferentes linguagens torna o ensino mais concreto e contextualizado, fazendo que o conhecimento ultrapasse os muros da escola.

Considerações finais ou reflexões iniciais?

A temática dos materiais didáticos no ensino de História anos iniciais é algo recente nas discussões de âmbito acadêmico. Proporciona inúmeros desdobramentos, como já referendamos anteriormente, nos debates acerca da formação docente (inicial e continuada), currículo, práticas pedagógicas e dentre outros.

Pensar nos materiais didáticos, nos remete a refletir sobre as mudanças epistemológicas nos campos historiográfico e pedagógico. Compreender quais são as reais intencionalidades desses artefatos pedagógicos e entender seu significado na configuração do saber escolar, explicitando a ação de vários sujeitos desde a elaboração até o consumo dos materiais. Elucida um exame crítico sobre a ação do mercado editorial na produção, circulação e divulgação desses materiais.

Materiais didáticos são produtos fundamentais na concretização do currículo, mas podem exercer funções antagônicas: potencializar a construção do saber histórico ou controlar e padronizar a ação docente.

Devido ao intenso fluxo que as Tecnologias da Informação e Comunicação (Tic's) que estão impregnadas nos espaços escolares, há um conjunto de objetos culturais criados ou

adaptados para situações de ensino, imbuídos pelo discurso da eficiência e eficácia, que necessitam ser selecionados criteriosamente. Exigindo do docente uma postura de pesquisa, crítica e análise dos materiais didáticos, que realmente sejam adequados aos seus alunos e que privilegie a democratização do conhecimento. É um constante exercício de educação do olhar, planejando, adaptando, organizando e (re)construindo os materiais didáticos de diferenciadas linguagens, que favoreçam a construção do saber histórico escolar.

É na interrelação do sujeito aprendente com os objetos de ensino, que se concretiza a sistematização dos saberes. Mas essa relação deve ser prazerosa e mediada pelo docente, respeitando as múltiplas possibilidades que são próprias dos atos, pensamentos, modos de ser e sentir a infância.

Como defenderia Loris Malaguzzi (1994) que fornece uma visão peculiar sobre a criança no seu poema “*Ao contrário, as Cem Existem*”. A criança é feita de cem mãos; cem pensamentos; cem modos de escutar, de maravilhar e de amar; cem alegrias para cantar e compreender; e depois cem, cem, cem [...]. São esses cem modos e linguagens que devem ser exploradas no ensino de História nos anos iniciais, através das imagens, músicas, poemas, textos, documentos, museus, objetos, literatura infantil, filmes, revistas, jornais, fontes orais e outros vários materiais, com suas específicas linguagens, que favoreçam a construção do saber histórico escolar de forma lúdica e prazerosa.

[...] As linguagens são formas e expressões de lutas, de experiências históricas. Esse processo de (re) construção exige de nós um trabalho permanente de reflexão sobre o sentido do trabalho do professor e o papel do ensino de História na sociedade em que vivemos. O professor não é mais aquele que apresenta um monólogo para alunos ordeiros e passivos que, por sua vez, “decoram” o conteúdo. Ele tem o privilégio de mediar as relações entre os sujeitos, o mundo e os conhecimentos – logo, as diversas linguagens! (FONSECA, 2009: 212)

Referências bibliográficas

APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Materiais didáticos: concepções, produções, usos*. Mimeo, 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CODANI, Norma Luciano. *O ensino de história nos anos iniciais: orientações curriculares e concepções de professoras*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 2000.

COSTA, Emilia Viotti da. *O Material Didático no ensino da História*. Revista Pedagógica: São Paulo, v. 5 (10), p. 57-72, jul/dez, 1959.

FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira. *Material didático: discursos e saberes*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

MALAGUZZI, Loris. *Revista Bambini*. Tradução: Ana Lúcia Goulart de Faria, Maria Carmem e Patrizia Piozzi. Ano X, nº 2. Bergamo. 1994.

RICCI, Cláudia Sapag. *O ensino de história nos primeiros anos de escolarização: saberes e fazeres*. In: FONSECA e GATTI JÚNIOR (Org.) *Perspectivas do Ensino de História: ensino, cidadania e consciência histórica*. Uberlândia: Edufu, 2011.

GIMENO SACRISTAN, J. *Materiales y textos: contradicciones de la democracia cultural*. In: GARCIA MINGUEZ, J.; BEAS MIRANDA (orgs.) *Libro de texto y construcción de Materiales Curriculares*. Granada: Projectos Sur, 1995.

SILVA, Marcos Antônio e FONSECA, Selva Guimarães. *Ensino de hoje: errâncias, conquistas e perdas*. Revista Brasileira de História, vol. 30, nº 60. Dez, 2010.